

Objeto de pulsão e objeto de conhecimento*

SARA PAÍN

No diagnóstico dos problemas de aprendizagem, o que nos interessa é definir o sintoma, em termos dos mecanismos e operações que se encontram comprometidos, para tentar estabelecer hipóteses sobre a significação profunda, metafórica, emocional que tais mecanismos e operações podem ter adquirido para o sujeito.

Tendo em vista esta finalidade, vamos examinar a diferença entre o objeto de conhecimento e o objeto de pulsão justamente porque, no problema de aprendizagem, o objeto de conhecimento passa a ser objeto de pulsão.

Além disso, o reconhecimento dessas duas áreas facilita também a compreensão da dicotomia profunda que pode haver entre a área mental que vai dedicar-se à construção da objetividade e a área mental que vai dedicar-se à construção da subjetividade. **

O problema se torna maior porque aquilo que é chamado, dentro da teoria psicanalítica, de objeto (e se entende objeto de pulsão) é denominado no campo do conhecimento, no campo da aprendizagem, como sujeito. Quando se estabelece um diálogo entre duas pessoas provenientes destas diferentes áreas ocorre, às vezes, um desencontro total. Embora as duas falem sobre objeto, uma está falando exatamente o contrário da outra, com o que se torna, às vezes, até cômico porque é um mal-entendido total.

Então, vamos esclarecer o que é objeto de conhecimento e o que é objeto de pulsão.

Objeto de conhecimento

O objeto não pode ser considerado, de uma maneira ingênua, como sendo real. O objeto, na realidade,

* Aula ministrada por Sara Paín, no dia 08/09/89, no "Congresso da ABENEPI", São Paulo. Publicação autorizada pela autora. Tradução e transcrição: Sonia Maria B. A. Parente.

** Vide artigo: "O difícil diálogo entre a prática e as teorias", item: A contribuição de Sara Paín. 8. set. 1989.

não existe, nem mesmo em termos da percepção. Não podemos ver ou perceber um objeto total. Eu vejo deste lado um copo e cada um de vocês do seu lugar, tem uma perspectiva diferente deste objeto.

Quando digo “isto é um copo”, estou reconstruindo porque penso que a parte que eu não vejo, sem dúvida existe e tem uma forma que segue uma certa lógica de reconstrução, já que a forma de um objeto exige uma continuidade tal que o objeto se reconstrói mentalmente. Se vocês vêem este objeto (mostra um copo) não vão pensar que deste lado isto se transforma em uma ponta, porque há uma lógica do objeto e quem já teve uma experiência anterior com ele, vai reconstruí-lo nesta mesma continuidade.

Nenhum objeto mental, nenhum objeto percebido é um objeto total; trata-se sempre de uma abstração, seja em termos da percepção, que é feita mentalmente, seja através da reconstrução daquilo que não se pode ver. Então, não há objeto ingênuo, não há objeto no sentido propriamente dito da palavra, mas todo objeto é sempre uma reconstrução do objeto, seja ao nível perceptivo, ao nível representativo-imaginário ou ao nível simbólico.

O problema, em cada nível, diz respeito, por um lado, à construção dos signos, com os quais eu construo o objeto. Por outro, remete às operações e aos mecanismos que me permitem chegar a construí-lo. Vamos pensar num objeto objetivo, um objeto do mundo real, do mundo compartilhado, que tem uma existência concreta.

Este objeto só pode ser construído com estruturas sucessivas que envolvem uma complexidade cada vez maior. Penso que quem melhor estudou e descreveu estas estruturas foi Piaget, embora toda a Escola Francesa esteja nesta mesma linha construtivista – seja Wallon ou outros autores.

Podemos dizer que, no primeiro momento da vida, o objeto se constrói a nível *prático*, ou seja, no

princípio se constrói pela *ação*. Nesta dimensão, podemos ver, e aqui enfatizo o aspecto da ação que, na construção do objeto de conhecimento “no princípio foi a ação”. Mais adiante veremos como na construção do objeto de pulsão, na construção do nível imaginário, “no princípio foi o *verbo*”.

Quer dizer que temos duas origens diferentes: para o objeto de conhecimento, o começo é na *ação*, na coordenação perceptivo-motora, enquanto que, para o objeto de pulsão, o começo é na *linguagem*, ou seja, “no princípio era o *verbo*”.

Na realidade, não sabemos se a palavra hebraica utilizada na Bíblia, “verbo”, se refere à palavra ou à ação, mas, seguramente, ela reencarna a gênese mitológica do ser humano, onde a ação e a palavra coincidem. Trata-se do verbo no seu sentido mais simbólico.

O objeto de conhecimento, verdadeiramente depende da *ação* e, no começo da vida de uma criança, pode ser estudado como coordenação psicomotora. Este tipo de coordenação tem as mesmas leis lógicas que tem toda a vida mental, só que primeiro se dá ao nível da ação. Quando o bebê move um objeto de um lugar para outro, mais ou menos aos dez meses de idade, ele “sabe” que para trazê-lo de volta, ao lugar de partida, tem que fazer um movimento igual e contrário.

Isto pode ser visto em Matemática ou em Geometria, 8 anos mais tarde, no tipo de compreensão, onde um vetor se anula por um vetor igual e contrário, como: $A + A = \emptyset$. Quer dizer que, desde o começo, um movimento se anula pelo contrário, um número se anula pelo seu contrário, pelo negativo. Este tipo de construção lógica começa desde os primeiros movimentos.

O princípio lógico, o princípio que estrutura a lógica humana é o mesmo, seja nas coordenações de trajetos, do período sensório-motor; seja no

período concreto, quando a criança pode utilizar os números e as classes; seja no período formal, quando o adolescente se dedica somente a operações de classes sobre classes e não há mais necessidade de ter contato com o concreto. Este é o período totalmente abstrato do pensamento ao qual se chega na adolescência. No entanto, este é um tipo de sucessão de estruturas, sempre regido e articulado pela *lógica*.

Isto nos leva ao problema de um período, que Piaget chama simbólico e que ocorre entre o (estágio-fase) período das coordenações sensório-motoras e o período de conservação intuitiva e concreta. Neste período há representações e simbolizações. Embora Piaget o considere como alógico ou pré-lógico, ele o inclui na sucessão dos estágios que têm a ver com a lógica. Mas me parece um pouco ilógico colocar um estágio, que não é lógico, dentro de uma sucessão que se caracteriza pela lógica.

Podemos nos perguntar se essa criança vive totalmente a incoerência. Acredito que não, porque ela é lógica naquilo que faz na sua vida prática. Quando ela está brincando, ela põe uma coisa menor dentro de uma maior e tem uma lógica, para passar um canudo em uma rodinha e fazer um carro, por exemplo. Ela, na ação, está “obrigada” a ser lógica, posto que a ação tem que obedecer às leis da realidade. Então, na ação, a criança segue sendo lógica.

Entendemos a representação e simbolismo presentes neste período, como a continuidade dos primeiros jogos, que pertencem, também, à vida simbólica, ou seja, estão consagrados à construção do objeto simbólico.

Piaget considerou este período dentro da sequência do desenvolvimento da inteligência. Nós consideramos que a inteligência sempre tem uma sequência lógica e que a passagem da lógica da ação à

lógica da *conservação* se faz ao redor dos cinco anos.

No entanto, desde o início, são linhas distintas de sucessões. O período simbólico corresponde à estruturação simbólica da subjetividade. Consideramos que há, também, uma certa sequência no universo simbólico – que vai desde o simbolismo presente na vida de fantasia da criança que chupa a chupeta, até a fantasia, digamos, completamente construída e internalizada do adulto.

Todas as categorias descritas por Piaget como sendo próprias do período simbólico, como por exemplo, o egocentrismo, o animismo, são as categorias que caracterizam a estrutura simbólica.

Poderíamos nos perguntar, com relação à estruturação do objeto: por que se passa de uma estruturação a outra? A estruturação que Piaget e outros autores propõem é do tipo dialética. As diferentes estruturações não são *inatas*, no sentido de estarem todas pré-formadas.

Há um momento em que a estruturação lógica do início acumula tantos conhecimentos que não pode mais organizar-se dentro dos seus limites. É assim que a estrutura muda. Chega um outro momento que a estruturação – a intuitiva – também não pode mais organizar tudo o que ela mesma criou, havendo uma mudança quantitativa, uma acumulação que, em um dado momento da organização mental, não pode mais organizar-se. É preciso, então, passar para outro tipo de estruturação, que inclui a anterior.

Isto tem uma importância muito grande para os pedagogos. Há aqueles que acreditam que para que o sujeito possa mudar de estrutura, deve-se fazer muitos exercícios e trabalhar sobre os processos da estrutura que se deseja que a criança alcance e não sobre os processos do período em que ela se encontra.

Por outro lado, há os que pensam, e aqui eu me incluo, que se deve acumular experiências do estágio em que a criança se encontra. Se o sujeito está no estágio de fazer coleções e não de classificar hierarquicamente, deve-se fazer muitas coleções, (e não classificações) exercitar-se, acumular neste estágio, de maneira que, num dado momento, a distinção qualitativa que divide as coleções não possa mais ser abarcada pela estrutura mental e a criança, ou melhor, o inconsciente cognitivo desta criança se veja obrigado a mudar de estrutura para voltar a organizar toda esta acumulação de dados.

Fazendo um paralelo metafórico com a história da tecnologia, o mesmo ocorre quando se produz uma série tal de avanços, e, num dado momento, estes avanços não podem mais ser contidos pela tecnologia existente. Por exemplo, foi o que se passou com a série em miniatura, em radiofonia. Houve um momento em que os aparelhos se tornaram tão complicados que foi preciso experimentar outras possibilidades, pois estes aparelhos não conseguiam abarcar tudo o que deveria ser abarcado.

É verdade que nem todas as culturas usam as mesmas operações, justamente porque o tipo de vida desenvolvido nelas não permite uma acumulação de experiências suficientes para mudar, para ter necessidade de formalizar. Nem todas as culturas, no momento, formalizam da mesma forma, quer dizer, têm o mesmo tipo de pensamento formal. E, mesmo nós, na vida prática, muitas vezes perdemos a capacidade de formalizar porque fazemos um trabalho, que não necessita da formalização. Não é porque alguém alcançou o nível de formalização que formaliza todo o tempo, mesmo porque, na vida prática, nem tudo se resolve com formalização. Para fazer suspiro, por exemplo, é preciso bater claras em neve e é melhor ter uma boa coordenação visomotora do que um pensamento formal.

O objeto de conhecimento é, na realidade, um

objeto construído socialmente. É verdade que a criança o constrói ou, como dizem os mais otimistas, que ela o recria. Este objeto, como conhecimento, tem que estar no outro. A criança pode compreender como uma roda é feita, mas para isto, é preciso que a roda pertença à sua cultura. Dito assim: “uma roda...”, parece algo vulgar, silvestre, mas a civilização levou séculos e séculos para chegar a esta produção.

Agora vemos a criança de dois anos e meio, que está numa cultura “da roda”, podendo usá-la imediatamente. A roda, uma vez que existe, serve de “cena” (de insígnia) para ensinar à criança o conhecimento necessário para construí-la. A criança nasce num mundo que possui objetos. E estes objetos que ela manipula no seu dia a dia tem o conhecimento condensado. Os objetos são conhecimento, pois, para fabricá-los, se necessitou de um certo conhecimento, e o uso deste objeto devolve à criança a sabedoria que se necessitou para fabricá-lo, ou, pelo menos, para usá-lo. Assim, todos esses objetos culturais que rodeiam a criança, são, na realidade, conhecimento do outro. Tanto o que se transmite, quanto o que se usa, implica conhecimento. Quando dizemos que a criança constrói conhecimento, na realidade, é a sua construção pessoal que lhe permite apropriar-se do conhecimento dos outros. Portanto, o objeto está sempre fora.

Objeto de pulsão

Vamos passar, agora, ao outro objeto, que os psicanalistas abusivamente chamam de objeto. Seguramente, e como sempre acontece, tratando-se de Psicanálise, por uma expressão de desejos, porque o objeto, na realidade, o objeto de pulsão, não existe para o ser humano. É uma busca constante; e é por isso que temos história, e é por isso que temos destino. Porque estamos sempre buscando um objeto. E este objeto de desejo, que justamente

não existe, por que, então, é chamado de objeto?

Uma das explicações que podemos encontrar, é porque, como há “essa expectativa”, esse “tomara que haja um objeto”, finalmente o chamaremos objeto para tentar que seja “um pouquinho” objeto. Pois, na realidade, é justamente a falta de objeto que o cria.

O ser humano não tem inscrito, geneticamente, no que traz na sua bagagem instintiva, o objeto necessário para acalmar sua fome, sua sede, para encontrar seu parceiro. Isto não está inscrito, mesmo que alguém possa sonhar que há duas estrelas que se prendem ao mesmo tempo e que isto corresponde, na terra, ao fato de que cada pessoa tem seu parceiro, como as estrelas. Isto também corresponde a uma expressão de desejo. Porém, o objeto é um objeto que tem que ser construído e que precisa ser buscado. Este objeto é construído, desde o início da vida psíquica, através da organização de um sistema de afetos, de emoções. Estas emoções que servem ao animal, em geral, para adaptar-se ao meio, no homem tem um sentido completamente diferente.

Nenhum dos afetos que conhecemos usualmente, especialmente o medo, ou mesmo outros que podemos equiparar, por exemplo, “à culpa” nos animais, tudo isto está completamente subvertido no homem, através de um sistema que faz com que o medo, por exemplo, não seja a reação a um perigo, mas sirva ao homem para que converta em perigoso algo que, em si, não o é. Portanto, temos medo de coisas que, por si mesmas, não poderiam provocar medo. Nós projetamos o medo.

Por exemplo, quando uma pessoa vai fazer uma prova tem medo. Este medo não se deve a nenhuma situação real porque a pessoa não corre nenhum perigo. O que é que pode se passar em uma prova? Nada. Pode ser, apenas, que se tenha que repeti-la. No entanto, há pessoas que tem medo real, transpi-

ram, aumentam as batidas do coração, os cabelos ficam eletrizados. Algo ou alguém se torna perigoso simplesmente porque lhe é projetado o medo, e porque se necessita ter medo, para poder se preparar para uma prova que exige horas e horas de trabalho. E isso também por nada, porque, tampouco, é vital!

Então, tudo isso que se faz e que não corresponde a algo vital, necessita estar baseado na ressonância das emoções. Temos que pôr emoções em coisas, porque, como não temos um objeto emocionante, elas não significam nada. Quando colocamos emoções em coisas, elas começam a se converter. Por exemplo: um colecionador que quer um objeto para a sua coleção – um vaso chinês do ano 1000. O que é esse objeto? Alguém pode viver sem um vaso. O que é isso? É a conquista. É o fato do que ele simboliza para essa pessoa. Pode ser antigo, sem dúvida, mas poderia vê-lo na vitrine todos os dias, talvez até mais do que em sua casa. Comprando-o, poderia ter que colocá-lo em um banco pois teria receio de tê-lo em casa. Mas o tem, o possui.

Então, é essa possessão de um objeto que, sem dúvida, não pode vir de um instinto propriamente dito, no sentido de que este objeto já estivesse inscrito na mente do sujeito. Este objeto foi criado e, portanto, o valor que tem é um valor projetado. É um objeto que só serve para representar um valor. Não tem outro valor, a não ser o valor que alguém lhe dá. É um objeto imaginário.

Assim, vamos criando necessidades. Temos muito mais objetos do que necessitamos. Quer dizer que toda a organização social é feita ao redor do supérfluo. Este supérfluo é o mais importante da vida humana: é o *simbólico*. O exemplo mais banal é o uso dos talheres, que não serve para que estejamos melhor alimentados: temos garfo e faca, e isso é simbólico, é para comer de uma certa maneira, em uma certa cultura, ou seja, mais nos identifica com a cultura, mais nos reproduz no fato de sermos

semelhantes nesta cultura.

Estes objetos estão mais próximos do objeto de pulsão que do objeto de conhecimento. Quando a criança quer comer batatas fritas com as mãos e dizemos não, isto não tem nada a ver com sujar as mãos e, sim, com o valor projetado sobre as coisas. Quer dizer que se sujam coisas que têm valor. A própria idéia de sujeira é uma idéia simbólica: a sujeira não existe. O fato é que se sujam coisas que têm valor e este valor é um valor projetado sobre coisas.

Quer dizer que vamos criando objetos de valor aos quais ficamos simbolicamente atados. Esta atadura se chama sujeição. Chama-se sujeito. Um sujeito se define pelos objetos de cultura aos quais está sujeito, dos quais depende, nos quais se aliena, porque os necessita, porque fazem sua vida e seu destino.

Este tipo de pulsão se realiza no homem desde muito cedo, desde bebê. O homem é o único animal que usa chupeta, que tem um objeto ao qual se adere, ao qual se adita e que vai se converter em um objeto de pulsão. Podemos dizer que este objeto representa a mãe, mas não a mãe que a criança tem aí, já que ela succiona e chora desesperadamente pela chupeta quando a mãe está. Não é a mãe o que lhe falta. É outra coisa. O que é que lhe falta, então?

Se pudéssemos estar na cabeça da criança – por certo, reconstruir o imaginário da criança é algo muito difícil –, poderíamos imaginar a grande decepção, quando a criança descobre que a sucção não produz leite. Se produzisse, a criança seria autônoma. Quando quisesse comer, succionaria.

Vou continuar fazendo uma dramatização. É como se a criança pensasse: “...e agora, que faço? Chupo, chupo, e não acontece nada. Então, o que faço? Ah, quer dizer que eu necessito de outro! Há algo que está por aí e que eu tenho que conquistar, pois, do

contrário, se não tenho este outro, fico sem leite.”

Começa, então, um traslado da criança a um objeto que lhe possa servir de referente para seguir tendo fome quando não tem fome; assim, assegura-se que a fome vai voltar e, com ela, a pessoa que lhe dá o leite. Ela se dá conta de que não pode reter esta pessoa todo o tempo, porque, se pudesse, seria outra coisa. Por sorte, não pode retê-la; então, encontra um intermediário neste objeto que lhe permite manter viva “a gana” de comer, quando já não tem fome. Porque, quando tem fome, a criança não pega a chupeta, a criança a cospe. Mas, quando não tem fome, cai em um estado de: “...e agora, que nem sequer tenho fome...! Como vou assegurar-me de que alguma vez vou ter fome, como vou garantir esta continuidade, como vou produzir fome?” Então, pega a chupeta que lhe permite retornar a si mesma.

Este objeto, que Winnicott chamou “objeto transicional”, tem este sentido de ser uma transição entre a solidão da criança e a mãe. É um objeto que vai lhe permitir ligar-se a outros objetos. Agora, o uso do objeto transicional nos leva a pensar em outro cenário porque a criança, quando é maiorzinha, na realidade, vai ao objeto transicional quando se sente em perigo ou quando sente que a realidade a incomoda (quando cai ou tem sono, por exemplo).

Então, utiliza este instrumento para voltar a si mesma, para tranquilizar-se, para voltar a este estado no qual ela pode estar consigo mesma e não necessitar de nada mais. Ela recorre à chupeta, frente à realidade que a incomoda, também porque é difícil desligar-se da mesma. Quando a mãe quer que a criança durma, lhe dá a chupeta, a embalagem ou faz algo para que a criança retorne a seus ritmos mais vegetativos, podendo, assim, conciliar o sono.

Há crianças que entram com muito interesse no espetáculo da realidade, em tudo que podem fazer na ordem do conhecimento e, quando já estão

cansadas e têm que dormir, não querem perder o espetáculo. Estas crianças necessitam um trabalho para poder abandonar o interesse e reconectar-se consigo mesmas.

Este momento, de ir da objetividade e encontrar os objetos interiores da subjetividade, justamente é o que permite conciliar o sono. Isto ocorre a qualquer ser humano. Porque uma pessoa, em geral, para conciliar o sono, não pega a chupeta mas tem, também, algumas fantasias (que correspondem, vamos dizer, ao “chupeteio” do adulto). A pessoa tem uma forma de funcionamento que lhe permite conectar-se consigo mesma em um universo onde ela manda, onde a sucção produz leite, onde ela pode manejar todos os signos.

Isto ocorre mais, quando, durante o dia, aconteceu alguma coisa que tenha ferido, narcisicamente, a pessoa. Suponhamos que alguém tenha feito um “papelão”. Quem fez um “papelão” não pode dormir ou, pelo menos, não pode dormir tranqüilamente.

Há dois caminhos: ou dorme, verdadeiramente, sonha, tem um pesadelo, ou faz uma fantasia recuperatória, onde, com certeza, vai ter um papel muito melhor do que o que teve na realidade. Assim, renova toda a experiência: encontrou a palavra justa, o outro ficou completamente humilhado etc... Com isto, a pessoa vai entrando em um mundo onde pode dominar, e, especialmente, pode dominar o tempo. Vai renovando o pensamento, podendo conceber-se como um objeto bem montado e recuperando sua imagem anterior de poder responder adequadamente, e fazer um bom papel, nas circunstâncias – que são, justamente, aquelas onde se acaba fazendo o “papelão”. Este tipo de imaginação é o mesmo que a criança usa para recuperar-se. Quer dizer, vamos recuperando, na fantasia, estes objetos e a nós mesmos, como objetos completos, como objetos capazes de nos bastarmos.

Sem dúvida, esta situação primitiva de dependência produz dois desejos, que, durante toda a vida, vão nos acompanhar: o desejo de ser completamente autônomo como objeto, de nos converter em um sujeito absolutamente autônomo e não necessitar de nada; ou, por outro lado, já que isso não pode ser, o desejo de ter tudo o que necessitamos com a segurança de não perder. Estes são os dois extremos do desejo, que se postulam no *impossível*, já que não podemos estar em nenhum destes dois pólos.

Enquanto o objeto de pulsão se postula sempre no impossível, o objeto de conhecimento se postula, sempre, no *possível*. Até mesmo quando digo que a lei da inércia se faz no vazio. Este vazio, eu postulo como possível; o infinito, eu postulo como possível. Ao contrário, o que se postula no desejo, se postula no impossível. Por que? O que eu faria com um objeto que domino completamente? Nada. Seria absolutamente psicótico com esse objeto. Que faria se chegasse a um estado de não necessitar de nada? Seria autista. Quer dizer, este desejo serve para viver, mas desde que não se cumpra.

Respondendo perguntas

Sara Paín – Nos próximos minutos gostaria de responder perguntas... (silêncio) Nem que seja uma, para ver se foi compreendido.

Platéia – Há diferença entre o objeto de pulsão e o objeto de desejo?

Sara Paín – Não, no sentido usado, é o mesmo.

Platéia – Você coloca o inconsciente cognitivo e o simbólico. Eu não posso pensar no inconsciente como lugar de pulsão; e, também, não consigo pensá-lo como lugar onde a repressão aconteceu e que lá tem conteúdos, memórias, o esquecimento.

Como você pensa o inconsciente?

Sara Paín – Penso o inconsciente, o simbólico, claro, como um lugar de pulsões, um lugar de organização, um lugar de fábrica de metáforas. Um lugar onde se organizam as emoções, montadas através de um código, onde cada emoção está lá inscrita por uma série de objetos que têm a ver com estas emoções, quer dizer, objetos que eu temo, que eu amo, segundo a valorização emocional deste objeto.

Eu poderia considerar, também, tal como Freud o considerou em um momento – como ID –, isto é, como tudo que não era capaz de controle, considerando, então, o EGO inconsciente como organizador. O EGO, nos últimos anos, sobretudo por intervenção de Lacan e de outros psicanalistas, como Green e Laplanche, perdeu muito de seu poder substantivo; quer dizer, o EGO deixa de ser um EGO inconsciente. O que podia organizar as pulsões, já não existe mais. Atualmente, se considera o inconsciente como um lugar, justamente, de organização das emoções, através de uma série de mecanismos dos quais a repressão é o mais importante.

E, aqui, a organização das pulsões significa o surgimento de toda a sexualidade, de todas as necessidades, digamos necessidades antes de serem demanda. Estas necessidades prévias são o “pouquinho” que restou dos instintos antes de serem organizados, já que o instinto no homem está completamente desorganizado justamente por não ter objetos.

Há, então, repressão de pulsões que não estão no inconsciente, de pulsões muito primitivas, quase reflexos. É o inconsciente que trata de dar rumos a tudo que está nesta desorganização, trata de dar rumos a uma pulsão que vem dos instintos. Como ID, restaram certas pulsões, mas significadas, simbolizadas, como objetos que saciam a fome, como reações físicas de ressonância afetiva, como possibilidade de aumentar as batidas do coração, por exemplo, ou a possibilidade de chorar quando se assiste a uma peça de teatro.

Isto é absolutamente humano, isto é, impossível em outro ser que não seja tão perverso como o ser humano. Porque ele está, ao mesmo tempo, na ficção, se identifica com algo que, na realidade, não acontece. Ele tem seu pai em casa, está seguro de sua legitimidade e, quando na obra teatral se encontram, pai e filho, se comove junto. Esta emoção, de onde vem? Nem sequer o EGO pode recuperá-la. É uma emoção que vem de outro lado, mas que já está organizada, pois, do contrário, não poderia emocionar-se. Isto tem que repercutir em algum momento e tem que repercutir, também, por toda uma dramaticidade que está na cultura à qual pertence.

Atualmente, não se considera que é o EGO que organiza. É o inconsciente que organiza e, entre as coisas que o inconsciente organiza, há um EGO – quer dizer, seria um produto e não uma ação, seria um objeto do inconsciente. □